

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SEUS SIGNIFICADOS NO SERVIÇO SOCIAL

THE SOCIAL ENVIRONMENTAL ISSUE AND ITS MEANINGS IN SOCIAL SERVICE

Tatiane Pereira da Silva *
Universidade Estadual Paulista

Ana Lúcia Bueno dos Reis Giometti **
Universidade Estadual Paulista

Maria José de O. Lima ***
Universidade Estadual Paulista

Abstract

A questão socioambiental contemporânea traz consigo novos desafios na esfera social e ambiental, configurando um espaço de investigação e intervenção para o Serviço Social pelas demandas interpostas à profissão. O presente artigo apresenta um ensaio teórico extraído do “Capítulo 1 – Serviço Social, questão socioambiental e trabalho profissional”, da Tese de Doutorado intitulada “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social” defendida em 2021, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no que consiste à conjuntura da questão socioambiental no universo do Serviço Social. Nesse contexto, o estudo obteve subsídios para apreender os elementos centrais que perfazem os fundamentos da questão socioambiental, a busca por sustentabilidade e suas implicações na área do Serviço Social.

Palavras chaves: Questão socioambiental. Sustentabilidade. Serviço social.

Abstract

The contemporary socio-environmental issue permeates new challenges in the social and environmental sphere, configuring a space for investigation and intervention for Social Work due to the demands placed on the profession. The article presents a theoretical essay extracted from Chapter 1 Social Service, socio-environmental issue and professional work, resulting of the Doctoral Thesis entitled “The socio-environmental issue in professional training in Social Service” defended in 2021, in the Postgraduate Program in Social Work at Faculty of Human and Social Sciences, FCHS/UNESP, what constitutes the of socio-environmental issues in the universe of Social Work. In this preamble, the study obtained support to understand the elements central that make up the foundations of the socio-environmental issue, the search for sustainability and its implications in the area of Social Work.

Keywords: socio-environmental issue. Sustainability. social work.

Introdução

A história da humanidade perpassa um processo civilizatório indissociável da ação interventiva do homem no meio ambiente. Dos caminhos percorridos até os dias atuais, nunca se destacaram tanto as questões ambientais como se nota no século XXI, em que as configurações estruturais, de ordem social e ambiental, expressam a conjuntura planetária de uma crise ambiental como sendo resultado do modo com que as ações antrópicas vêm estabelecendo a sua relação com a natureza. Assim, em uma escala mundial, temos visto,

com maior frequência, os impactos advindos de tal crise, consolidados na relação das várias expressões sociais e, sobretudo, ambientais.

Nas últimas décadas, notícias nas redes sociais e diversas mídias apresentaram resultados de estudos científicos que alarmaram a ocorrência das mudanças climáticas do planeta, entre outros diversos desastres ecológicos. Desse modo, essa questão rebate causas e consequências para a sociedade como um todo. Seus embates podem ser percebidos na caracterização estabelecida pela relação homem-natureza e por seus projetos societários unidos à ideologia do desenvolvimento socioeconômico capitalista moderno, como sendo um dos principais fatores para o avanço da acelerada crise ambiental.

Nessa conjuntura, se situa a profissão do Serviço Social, enquanto profissão designada no campo social, desenvolve o seu trabalho profissional no bojo das questões que estão inseridas no tecido das relações sociais, orientada por um projeto ético-político profissional que defende uma ordem societária que possa projetar possibilidades e garantias socioambientais para que os indivíduos sociais possam constituir a *emancipação* humana de sua própria história.

As manifestações da questão ambiental, no cenário contemporâneo, vêm configurando um novo campo de intervenção profissional para os assistentes sociais. Por isso, ao mesmo tempo, vêm instigando a formação e o trabalho do *Serviço Social* para contemplar novos estudos, investigações e intervenções nessa área, devido ao surgimento dela, por estar atrelada a novas demandas interpostas à profissão.

Diante disso, a finalidade desse ensaio teórico é ampliar a sua socialização para apresentar os resultados contidos no *Capítulo 1 Serviço Social, questão socioambiental e trabalho profissional* da Tese de Doutorado intitulada – “A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social”, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Franca/SP, defendida no ano de 2021.

Os fundamentos da questão socioambiental

As raízes da degradação social e ambiental foram sendo emolduradas na trajetória da humanidade no processo civilizatório, demarcando as pegadas e os caminhos percorridos pelo homem na Terra¹. Nesse sentido, a organização da vida produtiva representou-se enquanto parte indissociável, com diversos estágios que marcaram formas distintas da

¹ A utilização do termo homem, diz respeito ao ser social e não ao homem do sexo masculino.

relação homem-natureza, que começa desde os primórdios com a sociedade primitiva, passando para o escravismo, posteriormente o feudalismo, depois o mercantilismo e, por final, o capitalismo que vigora até os dias atuais.

Isso configurou períodos históricos do desenvolvimento das relações sociais entre os homens e entre este com a natureza, tais como: a sociedade primitiva, em que os homens foram se desenvolvendo por meio do convívio em comunidades familiares e mantinham um estágio selvagem, utilizando recursos naturais para sua sobrevivência (alimentavam-se da caça, pesca e vegetais); e as tribos que, quando a população cresceu, foram migrando e passaram a desenvolver a primeira relação de trabalho a partir da agricultura e do pastoril, bem como da delimitação dos territórios e construção de habitações.

As formas sociais que antecederam o capitalismo podem ser compreendidas por etapas que caracterizam o desenvolvimento de fases distintas da organização socioeconômica produtiva, momento em que o homem passa a exercer possibilidades de uma sociabilidade na apreensão ontológica do *ser social*. Homem que buscava transformar a natureza para satisfazer a sua necessidade de sobrevivência, criando instrumentos, objetos e produtos com valor de uso por meio do *trabalho*. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (Marx, 1996a, p. 297).

A formação da sociedade capitalista a partir do contexto sócio-histórico do movimento conhecido por *Renascimento* e a sucessão da *Revolução Científico-tecnológica* no século XVI, marcaram as fases da transição para um novo estágio da organização da vida social, conhecida como a era moderna. Foi um período que desenvolveu o paradigma moderno de produtividade, com diversas transformações que ocorreram na vida humana da sociedade no âmbito da economia, da política e da cultura.

É importante destacar que esse estágio representou uma etapa da acumulação do capitalismo primitivo: *mercantil ou comercial*, que sintetizou mudanças extremas sobre o modo de produção familiar, artesanal e camponesa daquela época. Tal etapa separou o produtor direto dos seus meios de produção por fundamentos caracterizados na propriedade privada e, também, pelas novas formas de produção relativas ao trabalho coletivo, dando outro significado ao trabalho, no momento em que passa a transformá-lo em mercadoria para o capital. Como resultado, foi sendo desenvolvido o estado burguês urbano da economia mercantil, até que fosse estabelecido o estágio da produção por manufatura (economia produtiva — mecanizada de materiais ou mercadorias).

Sob a influência do Iluminismo, posteriormente, ocorreu a grande Revolução Industrial no século XVIII. Junto ao processo da urbanização industrial, desenvolveu-se a expansão do capitalismo *concorrencial, liberal ou clássico*. Esse estágio do capitalismo sinalizou grande

transformação na capacidade produtiva humana que, mediante o empirismo, o mecanicismo, o racionalismo e o tecnicismo designaram e intensificaram profundamente o pensamento de *ciência moderna*, alterando nesse preâmbulo os moldes do progresso econômico ao atrelá-lo com o *antropocentrismo*. Dado que a sua fundamentação perfaz a caracterização de valores éticos centrais, com a definição do “homem como centro do universo”, ao deter o pensamento da razão, poderia, desse modo, o homem emancipar-se consoante o seu conhecimento predatório sobre a natureza.

Isso se refere pontualmente a um avanço tecnológico do progresso econômico mediado pela influência de ações antrópicas de domínio e submersão do mundo natural, no momento em que se experimenta o sentimento de exterioridade, de não pertencimento à natureza, ao enxergar os recursos naturais e tomá-los como mercadoria para captação de matérias-primas através de fontes materiais e de energia, separando-os da natureza pela sua subjugação. De modo que “o domínio da tecnologia em mãos do capital possibilitou-lhe apropriar-se, gradativa e gratuitamente, desses recursos, de tal sorte que acabaria por evidenciar a fragilidade do princípio da infinitude destes” (SILVA, 2010, p. 53).

Foi assim que se influíram os desdobramentos provocados pela grande indústria na produção de mercadorias, nos processos da sua produção na agricultura e, sobretudo, na influência das condições sociais, refutando o avanço das ações antrópicas para uma direção de esgotamento da terra e também do trabalhador, ao delimitar os entraves existentes entre a sociedade e a natureza como parte desse processo que, por ora, manifesta-se nos ditames da alienação e na destrutividade socioambiental.

Decorre, então, o estágio *imperialista* da expansão global do denominado capitalismo *monopolista ou financeiro*, no século XIX, que se estende da sua fase clássica até meados dos “anos dourados” do século seguinte (1970). É desenvolvida, nesse período, uma fase predatória do sistema embasada na superexploração do trabalhador e da sua capacidade produtiva através de políticas econômicas de reestruturação. Tais fatores demarcam, com maior ênfase, às expressões de uma sociedade desigual, bem como a espoliação predatória dos recursos naturais, com profundas implicações da dominação e exploração desmedida do ecológico.

Paralelamente, ocorreram os modelos socialistas postos em prática no século XX, constituída pela propriedade social através da socialização da Terra, que seria gerida por um partido único, o *Estado*. Todavia, em contraposição, impregnou-se uma cultura excessiva de devoção ao crescimento do Estado, sem o devido questionamento acerca da sua relação com o meio ambiente, demonstrando ausência de preocupação com as questões ambientais. Tanto foi que, na extinta União Soviética, as principais matrizes energéticas foram o petróleo

e o carvão mineral, altamente poluidores, sem contar experiências nucleares, como o desastre ocorrido em *Chernobyl*, em 1986.

De tal modo, tanto o capitalismo quanto o socialismo alargam representações de modelos que não coadunam a um *paradigma ecológico* de vida para toda a humanidade do Planeta, pois se configuram por uma busca de progresso via crescimento econômico, que em grande proporção apresenta-se totalmente antiecológico.

A crise política econômica vigorada do socialismo real determinou a queda deste modelo em detrimento do avanço hegemônico do *capital financeiro*, que alavancou o processo *da tecnologia e da globalização*, conduzido por reconfigurações estruturais que estabeleceram o estágio do capitalismo *contemporâneo*. Denota-se que a mundialização do paradigma moderno de produção é direcionada para o *mercado financeiro*, incorporando a reestruturação do modo produtivo, enquanto resposta àquela crise assolada na sociedade.

Um conjunto de mudanças, neste seguimento, foi delineando a existência do capitalismo, mediante as reconfigurações estabelecidas na esfera das atividades (re)produtivas, na ativação das *questões ambientais e na diminuição dos recursos naturais*, desde a Revolução Industrial. Atualmente, os processos do modo de produção capitalista estão consolidados de maneira assimétrica e comandados pelo *mercado financeiro* (fundos de capitalização), tendo sua imersão maior na justaposição do *projeto neoliberal* nos meados de 1980, polarizando, assim, a institucionalização e a expansão cosmopolita da sociedade global nos processos da produção de mercadorias por meio das indústrias corporativas (multinacionais e transnacionais), que passaram a aprimorar as inovações e tecnologias reprodutivas de bens materiais em larga escala para uma sociedade programada ao consumismo em massa. Para isso, a sua operação vem deferindo dispositivos de regulação social por intermédio do *Estado*, com mecanismos de controle econômico e ideológico para o seu pleno funcionamento nas várias instâncias que se fazem necessárias na vida social da população mundial.

É considerável que “o relacionamento entre produção e consumo é assim radicalmente redefinido em sua estrutura de tal maneira que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente uma problemática” (MÉSZÁROS, 2011, p. 102). Em suas unidades subsistem falácias sobre as necessidades humanas produtivas de bens de consumo, como veículo para manter em vigor o sistema, o qual se apresenta em novas reconfigurações, mas continua detendo a mesma projeção estrutural, e isso vem demonstrando, com maior intensidade, que o acirramento contraditório das múltiplas expressões *sociais e ambientais* transcorrem para a uma questão provocada pela destrutividade socioambiental que assola e afeta toda a humanidade.

De acordo com Maria das Graças e Silva (2010, p. 27), isso confirma uma dupla processualidade da *acentuação da destrutividade e a mercantilização dos efeitos da espoliação ambiental contemporânea* como parte integrante da expansão e hegemonia do capitalismo, detendo, nesse binômio, a sua estreita relação com as necessidades de reprodução do sistema e, de outro lado, representa ameaças para a vida da natureza em escala planetária.

A partir do paradigma moderno se detiveram os meios da super exploração desmedida dos recursos naturais para atender às linhas de produção de mercadorias destinadas ao consumismo em massa. Para isto, foram estabelecidos *hábitos* e *estilos* de vida totalmente baseados na contínua aquisição de bens materiais e serviços, sob influência de grandes eventos publicitários de alto teor alienante. A sua principal finalidade, nesses moldes, é a busca por satisfação e conforto do bel-prazer humano em conformidade ao direito de consumir (inserido no rol de direitos de cidadania) e, principalmente, para atender a obtenção dos meios produtivos e a superconcentração de rendimentos (capitalização de lucros e riquezas) para os capitalistas.

Os fundamentos da *questão socioambiental* apresentam-se na configuração do sistema socioeconômico regimentado no paradigma linear — *extração, produção, distribuição, consumo e descarte* — enquanto projeções societárias destinadas à acumulação do corporativismo capitalista, a qual lidera e comanda as ações antrópicas alinhadas a um padrão de sociabilidade subordinada à lógica de produção e consumo. O cerne de sua estrutura, por sua vez, mantém a funcionalidade pautada no paradigma moderno de valor, uso e descarte de mercadorias (resíduos sólidos e/ou inorgânicos), conforme ilustrado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 Paradigma de economia linear



Fonte: Extraído de Leonard (2011).

Esse processo pautado no modelo de produção linear certamente estará fadado ao processo da insustentabilidade socioambiental, porque vivemos em um planeta de recursos naturais finitos e, por isso, hoje, esse sistema encontra-se em crise.

[...] Os novos problemas e contradições, que surgem na mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital, definem necessariamente o tamanho correspondente da expansão deslocadora, apresentando-nos assim o espectro da incompatibilidade total, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário. (MÉSZÁROS, 2011, p. 104).

O capitalismo do *século XXI*, na mesma esfera, segue expandindo com as *contradições sociais e ambientais*, presididas pelos processos de reestruturação em face à superacumulação financeira, desvelando o avanço global dos grupos industriais transnacionais ancorados na contradição do *capital rentista* (financeiro e produtivo). Deixa, pois, o aporte das atividades empresariais para a apropriação geracional do *mercado financeiro*, por meio dos fundos de aplicações e investimentos, ampliando as *inovações de tecnologias de base microeletrônica e os novos processos da força de trabalho* como novas estratégias de seus meios produtivos.

De tal modo, para o sistema da acumulação capitalista, sacrifícios são necessários para alcançar o poder e domínio dos processos produtivos, e não importa o valor dos seus custos e impactos ambientais para a sociedade em face aos objetivos, desde que alcancem benefícios através dos legados do próprio capital. A partir disso, “[...] muchas externalidades (aunque, desde luego, no todas) entrañan la provision de un bien público, como aire puro o agua limpia: en particular, puede ser muy costoso impedir que una persona disfrute de los beneficios de estos bienes (STIGLITZ, 2000, p. 255).

É, nesse contexto, que se expressam, no sistema socioeconômico, os resultados de suas crises e contradições constituídas no cerne das *injustiças*, já que a natureza e também o próprio homem, vêm experimentando essa trajetória ao serem dominados, explorados, degradados, espoliados e poluídos com a contaminação dos ares, das águas, e de seus solos. Isso caracteriza que, das suas causas, os seus efeitos nos impactos ambientais rebatem sobre a qualidade de vida da humanidade e, principalmente, daqueles que são menos favorecidos, considerados como parte da classe subalterna.

Dos impactos ambientais na esfera social

A crise ambiental contemporânea tem se tornado um fator elementar de manifestações depreendidas dos impactos ambientais que acabam sendo indissociáveis para os impactos sociais, pois são originados e intensificados no cerne do paradigma moderno produtivo de mercadorias e bens de consumo, por meio do processo da superacumulação do capital. Dentre as suas causas e consequências, isso repercute no aumento de níveis cada vez

maiores do que as ações antrópicas vêm ocasionando desequilíbrio ambiental, ou seja, a crise do ecológico consoante à denominada *questão ambiental e suas múltiplas expressões*.²

Os impactos da crise ambiental apresentam-se consolidados pela relação “sociedade e natureza”, de onde se expressam como sendo *questão socioambiental*³, pois o processo da degradação das condições da vida social ocorre numa mesma proporção destrutiva provocada ao meio ambiente e vice-versa. Também, por se encontrarem indissociáveis quanto aos pilares que sustentam a sua continuidade hegemônica e sobre a expansão do padrão do paradigma produtivo contemporâneo, que, por ora, vem se apresentando insustentável, na medida em que intensifica a destrutividade socioambiental.

Por conseguinte, denota-se configurações contextualizadas pela mundialização financeira de um paradigma moderno que se reproduz nos moldes da superacumulação capitalista por “espoliação”, que ao estar engendrada no “binômio da produção de mercadorias — destruição do meio ambiente” (Silva, 2010, p. 25) detém a mercantilização dos recursos naturais globais (água, ar e subsolo), da privatização dos bens públicos e dos novos *hábitos e estilos* urbanos das sociedades modernas. Destarte, a produção e o consumo neste sistema estão atrelados a uma mesma lógica entre si, que vão para além das necessidades essenciais da humanidade, pois visam atender aos interesses dos capitalistas detentores das suas projeções econômicas na esfera social.

Nas últimas décadas, defrontamo-nos com a intensificação dos meios produtivos no âmbito da *indústria* e da *agroindústria* que, cada vez mais, vem detendo padrões de alta produtividade para suprir a necessidade de bens de consumo de mercadorias da população. Gerando, nas raízes desse processo, a (re)produção de mercadorias descartáveis e nas múltiplas expressões causadas pela industrialização, tendo como exemplo: a ocorrência mais frequente dos *acidentes ambientais* e a destinação inadequada dos resíduos poluentes que sobram do seu processo de produção.

Tais projeções detêm, no processo ideológico, a alta produtividade de mercadorias, caracterizadas pela obsolescência programada e perceptível para o destino do sistema de mercado de bens de consumo em massa, “[...] cuja expressão mais emblemática é a incessante produção de descartáveis” (SILVA, 2010, p. 76). Posto que os descartáveis representam a fase do sistema de insumos que se tornam inutilizáveis para os humanos e

² “Referimo-nos ao conjunto das manifestações de destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano.” (Silva, 2010, p. 144).

³ “A utilização da expressão ‘socioambiental’ se justifica como opção política para reforçar uma demarcação discursiva do componente crítico do ambientalismo. Esclarece-se, por ora, que se considera que a questão socioambiental se expressa na denominada crise ambiental [...]” (Nunes, 2013, p. 212, grifo do autor).

destrutivamente tóxicos à natureza, dificilmente se regenerar em curto espaço de tempo, principalmente, quando produzidos em alta escala.

Segundo Francisco (2015, p. 19, 47), “a terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo.”. Esse depósito demarca um espaço que antes era um ambiente natural, mas que passou a ser transformado em grandes polos urbanos e industriais, polarizado a novos padrões da vida humana, provocando disparidades entre os meios de produção de mercadorias e o seu processo de consumo, que, de outro lado, também, demarca-se como parte indissociável a (re)produção de materiais descartáveis (lixo orgânico e inorgânico) e de seus resíduos poluentes (líquido, sólido e/ou gasoso). Isso, irreparavelmente, vem transfigurando prejuízos destrutivos ao meio ambiente e, conseqüentemente, atingirá com maior incidência a perpetuação da qualidade de vida ambiental, que é necessária para a vivência do gênero humano, pois “este comportamento evasivo serve-nos para mantermos os nossos estilos de vida, de produção e consumo”.

Isso desvela o avanço da espoliação e a destruição das riquezas naturais como fatores determinantes do paradigma de vida atual, atrelados a outros fatores referentes à questão urbana e a questão rural, à medida que avançam: o consumo de alimentos e produtos industrializados; a produção de gases de efeito estufa liberados na atmosfera através da queima de combustíveis fósseis pelas indústrias e transportes de automóveis; a produção de resíduos industriais e dejetos sanitários lançados em rios e mares; a depreciação imobiliária das construções habitacionais urbanas irregulares em áreas de risco ambiental; a contaminação do solo, ar e água pela expansão da produção pastoril e o uso de agrotóxicos nas plantações agrícolas; os desmatamentos das reservas ambientais e as queimadas das florestas nativas etc.

A partir desse contexto, com o aumento significativo dos desastres ecológicos, estudos científicos foram sendo efetuados por diversas agências de fomento sobre mudanças ambientais e climáticas do planeta. O IPCC — *Intergovernmental Painel on Clime Change*, nos relatórios publicados acerca da confirmação de alterações climáticas, apontou a existência do acréscimo da temperatura planetária por meio do denominado aquecimento global, cujos estudos direcionam a *ação antrópica* dos fins produtivos e os *estilos* de vida social como responsáveis por tal evento, algo que representa, atualmente, uma causa eminente de risco para o equilíbrio ambiental e também para a própria humanidade.

Esse fenômeno climático ocorre pela elevação do aquecimento da temperatura da Terra a partir do aumento da concentração ampliada dos gases de efeito estufa (CO₂, CH₄ e o N₂O) lançados na atmosfera e, com isso, ocasiona alterações na ordem natural dos eventos climáticos. Os seus impactos poderão ser acometidos no avanço mais frequente dos

desastres naturais; das mudanças no entorno do curso das estações do ano; das possibilidades de desertificação das áreas geograficamente sensíveis e do processo de degelo das áreas glaciais, o que certamente aumentaria o nível do mar sobre as diversas encostas em todo o planeta. Isso, conseqüentemente, provocaria o desaparecimento por submersão das cidades litorâneas que estão abaixo do mar pelo aumento do volume das águas descongeladas.

Nesse seguimento, a pesquisadora Leonard (2011, p. 12) destaca que “[...] os indícios da crise ambiental são tão abundantes e alarmantes que cada vez menos pessoas ignoram os limites físicos do planeta”, pois, hoje, vêm sendo apresentados crescentes estudos, publicações científicas e livros de fontes confiáveis que relatam e documentam essa situação, de onde se confirma que “[...] há um limite para a quantidade de terra, ar, minerais e outros recursos fornecidos pelo planeta.”

Os impactos do desenvolvimento da projeção societária na esfera da vida social têm representado a barbárie do caos iminente da promessa de um sistema que se transformou no *mito* do progresso econômico global, pois “[...] muitas tecnologias vêm se tornando eficientes. Mas o progresso é anulado pelo fato de que há mais crescimento absoluto: mais gente extraíndo, usando e descartando Coisas” (Leonard, 2011, p. 15).

Com vistas a isso, é possível perceber que a raiz de tanta destruição, exploração e poluição da Terra, surgiu na junção entre ciência moderna especulativa e a tecnológica alavancada, de onde várias questões advindas das ações antrópicas têm acelerado a depredação ambiental, sejam elas no percurso do processo industrial urbano e/ou na esfera agrícola, com a agroindústria. As mudanças ambientais delas provenientes representam a possibilidade da ocorrência do esgotamento dos recursos naturais. Essas questões acabam refletindo imensamente na condição natural do meio ambiente pelo fato de mascararem o processo do metabolismo homem-natureza e deste consigo mesmo. “Ou seja, evidencia que não há uma crise ecológica em si mesma, mas uma crise do sistema capitalista que faz recair sobre os trabalhadores e à natureza as mazelas da sua dinâmica predatória” (Nunes, 2018, p. 24).

Assim, a humanidade passa por um processo de subdesenvolvimento que, cada vez mais, causa a insustentabilidade em várias extensões dos países do globo, desde países considerados em desenvolvimento até países desenvolvidos, principalmente, na esfera em que caracteriza a noção do seu pertencimento.

A crise ambiental no sistema capitalista, nesse sentido, traz em seu bojo a manifestação da *questão ambiental* como sendo parte simultânea a *questão social*, que se configura como resultante das *desigualdades* produzidas pelas relações sociais e delas com

o meio ambiente, ao interpor o desenvolvimento socioeconômico mediante o sistema linear de produção, como parte dele indissociável. Neste sentido, *dos impactos ambientais na esfera social*, temos que,

Cada vez preocupa mas el hecho de que sean los pobres, que suelen vivir en zonas industriales mas contaminadas, los que soportan desproporcionalmente los riesgos relacionados con el medio ambiente. No es sorprendente, ya que el suelo de esas zonas normalmente tiene menos valor, por lo que les cuesta menos conseguir una vivienda⁴. (Stiglitz, 2000, p. 335).

Os impactos sociais condicionam a pauperização à exclusão social reproduzidas pelos homens entre si e, da mesma maneira, ao meio ambiente, por um cenário de danos causados aos sistemas ecológicos, com reflexos de possibilidades reais do esgotamento dos recursos naturais, bem como de os seus fatores provocaram destruição ambiental e alterações climáticas, o que poderá ocasionar riscos ambientais dos seus efeitos e, gradativamente, sucumbir à capacidade de equilíbrio sustentável do planeta.

De tal modo, os impactos ambientais desvelam um quadro acelerado de um processo — que parece ser irreversível — no que concerne à contaminação e poluição dos ares, águas e solos em todo o mundo e pelos aumentos mais frequentes dos desastres ambientais. São peculiaridades que atingem a qualidade vida da população e demonstram como sendo resultados cíclicos da *questão socioambiental contemporânea e das suas múltiplas expressões*.

Busca pela sustentabilidade socioambiental

Os reflexos das ações antrópicas no padrão produtivo de acumulação capitalista trouxeram consigo os meios da *extração* inadequada dos recursos naturais, os quais foram obtidos mediante um processo técnico-científico da exploração do meio ambiente pela esfera industrial e intensificados de modo destruidor e devastador a partir século XIX e XX.

Essa questão foi tornando-se mais aparente é questionada nos meados do século XX, ao evidenciar a visão equivocada sobre a finitude dos recursos naturais, com vistas de demonstrações reais da possibilidade da escassez desses recursos que são fontes de matérias-primas para manter o sistema econômico em funcionamento. Além da ocorrência dos impactos ambientais mais evidentes, que passaram a caracterizar a ocorrência dos

⁴ Há uma preocupação crescente de que sejam os pobres, que tendem a viver em áreas industriais mais poluídas, que suportem desproporcionalmente os riscos ambientais. Isto não é surpreendente, uma vez que os terrenos nestas áreas costumam ter menos valor, por isso é menos difícil para eles conseguirem uma casa. (Tradução)

desastres ambientais subsequentes, sobremaneira, por constatar que “a biosfera está dentro de um outro sistema, muito maior, o sistema solar. A economia funciona como um sistema, razão pela qual os eventos podem causar um efeito dominó [...] tudo está interligado” (Leonard, 2011, p. 9).

Com o surgimento dos movimentos sociais e ambientalistas, foi ocorrendo a formação de grupos que uniram forças para enfrentamentos e lutas sociais em prol da preservação da vida e do meio ambiente. Daí se iniciou um processo munido de ações e movimentos na esfera coletiva, com o objetivo de buscar representações legais para deliberar transformações de comportamentos e valores quanto à necessidade de mudanças sobre a forma de conduzir as projeções societárias na esfera ambiental.

No final do século XX, com o avanço dos estudos ambientais acerca do esgotamento dos recursos naturais não renováveis e o agravamento de uma crise ecológica manifestado na *questão ambiental e suas múltiplas expressões*, tornou-se evidente a necessidade de a sociedade desenvolver meios de seu enfrentamento em uma escala mundial. Assim, foram avançando indagações científicas intensificadas pelos movimentos ambientalistas para deter, ou, ao menos, frear a degradação e a superexploração que estava levando à escassez dos recursos da natureza.

A *legislação ambiental* surgiu como um meio de outorgar respostas de enfrentamentos aos anseios da sociedade, utilizando-se de mecanismos e dispositivos do *Direito*, e buscando tratar na esfera nacional e internacional os interesses dos países envolvidos na interdependência mundial quanto às problemáticas ambientais.

A preocupação mundial sobre a questão ambiental foi algo recente na história da humanidade, sendo discutida, pela primeira vez, na *Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Estocolmo, em 1972. Na ocasião, também se criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O evento representou um espaço no qual trataram legalmente das indagações concernentes à necessidade da sociedade reconhecer os impactos ambientais, motivo pelo qual tornam-se essenciais investimentos via Desenvolvimento Sustentável.

Nesse preâmbulo, foram constituídos, nessa Conferência, tratados e acordos de cooperação internacional entre vários países do globo para proteção e preservação ambiental, de onde surgiram reflexões teóricas e políticas que resultaram na ideia de Sustentabilidade; discussão sobre as ações antrópicas de produtividade — desenvolvimento econômico e meio ambiente; dos direitos e garantias que interligarem justiça social com a ambiental.

Assim, estabeleceu-se documentado o significado para o termo Desenvolvimento Sustentável como sendo “[...] o desenvolvimento que responde às necessidades do presente

sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 9). Nesse segmento, essa definição foi resultado das indagações coletivas em prol da necessidade da preservação dos sistemas ambientais, sobretudo, da precisão de investimentos eficazes e permanentes do desenvolvimento sustentável, tal como essencial "a propagação de que não deveria ser visado somente o crescimento econômico" (Silva, T. P., 2018, p. 43). Desse modo, pressupõe-se como medida alternativa ao sistema de economia linear um paradigma ecológico de *desenvolvimento de economia circular*, para que respeite o equilíbrio ecológico e faça uso racional dos recursos naturais, a fim de preservá-los no presente, de forma que garanta no futuro possibilidades da continuidade dos ecossistemas da Terra, conforme ilustra a Figura 2 a seguir.

Figura 2 Paradigma alternativo de economia linear para economia circular



Fonte: GFC – Gestão Financeira Criativa (2020).

A ilustração da Figura 2 demonstra que a alternativa de desenvolvimento econômico circular pauta a sequência de ciclos, por abarcar processos de objetivação sustentável para que os meios de captação dos recursos naturais sejam viavelmente mais adequados desde o início até seu processamento final pela (re)utilização de materiais recicláveis.

Foi depois da primeira *Conferência Mundial do Homem e o Meio Ambiente*, outras sucessivas Conferências e Reuniões da Cúpula da Terra — *Organização das Nações Unidas* (ONU) que ocorrem posteriormente, para ampliar a participação de cooperação entre os países do globo e incorporar a continuidade deliberativa das ações, tratados e acordos globais para preservação ambiental, tais como: a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD) — ECO 92 ou RIO 92, na cidade do Rio de Janeiro — Brasil; a *Reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (na sede da UNESCO), que aprovou, na Comissão Internacional, a versão final da *Carta da Terra*, na cidade de Paris — França, em 2000; o *Encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* — Rio+10, na cidade de Johannesburgo — África do Sul, em 2002; a *Conferência das Nações sobre as Mudanças Climáticas* (CNMC), na cidade da Dinamarca — Suécia, em 2009; a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (CNUDS) — RIO+20, na cidade do Rio de Janeiro — Brasil, em 2012; o *Encontro*

da *Cúpula de Desenvolvimento Sustentável*, na cidade de Nova York — Estados Unidos da América, em 2015, e, por último, a *Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Clima* — COP 25, na cidade de Madri — Espanha, em 2019.

Desde então, a ênfase à “maior cooperação entre países” participantes da Cúpula da Terra, desta forma, ratificou, em adesão comum e democrática, os documentos de medidas para a proteção ambiental, sendo deliberados, nesta esfera, apontamentos sobre a definição do Desenvolvimento Sustentável, do Ecodesenvolvimento, da Agenda 21 para as mudanças no século XXI, das medidas para conter as Mudanças Climáticas, dos destaques para a Economia Verde e a erradicação da pobreza.

Dentre tais assuntos, ocorreram outros Acordos e Tratados, nacionais e internacionais, como via de estabelecer entre os países signatários medidas e responsabilidades em face à preservação do meio ambiente. Dentre os surgimentos do que foi tratado, destacamos: Protocolo de Montreal (1987), Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (1992), Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), Convenção da Biodiversidade (1994), Protocolo de Kyoto (1997), Convenção da Desertificação (1999), Tratado de Estocolmo (2001) e, por último, o Acordo de Paris (2015).

Para que as ações e medidas pudessem ter eficiência do global para o local e vice-versa, ressaltamos a importância do exercício socioeducativo explanado na *Educação Ambiental*, como possibilidade instrumental epistemológico para a sociedade encontrar um novo percurso consciente e crítico, de onde possa trilhar caminhos para a construção do *paradigma ecológico*, como sendo uma alternativa de encontrar possibilidades de um desenvolvimento que enseja a sustentabilidade socioambiental. Em suma, para isso, presumimos a necessária apreensão da *práxis social transformadora*, que envolva o processo da motivação *sociopolítica* mediante uma trajetória a ser construída e socializada democraticamente.

De tal maneira, o aprendizado e a conscientização relativa à *Educação Ambiental* não devem sintetizar somente para uma conotação educativa advinda do âmbito escolar público e/ou privado, com traços de ações fragmentadas e isoladas, mas deve também ampliar a sua incorporação para um viés crítico nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento técnico-científico, bem como para outros meios de ações formais e informais que delineiam a vida cotidiana dos indivíduos na sociedade.

Caberá à sociedade, principalmente aos trabalhadores engajados nessa empreitada, no campo social (*assistentes sociais, advogados, agrônomos, biólogos, ecólogos, engenheiros, físicos, geólogos, geógrafos, pedagogos, psicólogos...*), incorporarem, nos espaços de trabalhos, uma atuação propositiva de desenvolvimento que possibilite a

reintegração da sociedade com a natureza, de onde os profissionais, a partir de uma transversalidade dos saberes, poderão realizar suas ações pautadas nos princípios da sustentabilidade, podendo valer-se da *Educação Ambiental* e, respectivamente, multiplicar-se nessa esfera, como educadores e sensibilizadores de novos valores e comportamentos éticos, que sejam sustentáveis e justos.

O campo da *ética ambiental*, neste seguimento, viabiliza-se como sendo um espaço relevante da apreensão filosófica, científica e teórica para repensar valores, consciências, comportamentos e responsabilidades humanas sobre os princípios e costumes no campo da moral existente na relação homem-natureza. À vista disso, hoje, fica evidenciado que vivemos sob os ditames da cultura globalizada de uma crise de desvalores regente da sociedade capitalista, pois tem sido conduzida por uma projeção societária de economia linear destinada ao consumismo de bens materiais *versus* depredação da natureza que, para Barroco (2007, p. 55, 58), são condições estabelecidas na sociedade burguesa que emergem do processo de *alienação* e contribui para uma determinada estrutura em que o “[...] ethos funcional à ordem social reificada; atende, através de suas mediações particulares, as necessidades socioeconômicas e ideopolíticas de (re)produção das relações sociais capitalistas.”

Mas o aprofundamento de dadas contradições existentes na ordem vigente leva o sistema a uma destruição do meio ambiente, e isso nos faz refletir sobre a *ética* que temos estabelecido com a natureza, pois “a ecologia dá corpo a uma preocupação ética, também cobrada de todos os saberes, poderes e instituições [...]” (Boff, 2015, p. 20).

Deste modo, vale ressaltar que, para esse contexto poder transitar na vida social, é importante utilizar a mobilização de um conjunto social (política, legislação e educação) comprometido com a questão humana na sociedade. Isso delega apreender as ferramentas técnico-científicas para nos reconhecermos como parte desse processo e, ao mesmo tempo, constituir a elevação dos sujeitos sociais para sujeitos ecológicos críticos, espaço em que os cidadãos e profissionais trabalhadores poderão assumir-se enquanto educadores e sensibilizadores da *Educação Ambiental* e, também, nessa esfera, desempenhar o dever de tornar-se responsáveis e multiplicadores da informação para a população sobre essa importante ferramenta de luta no enfrentamento da questão socioambiental.

Questão socioambiental e os desafios profissionais

O entendimento de que as expressões sociais estão inter-relacionadas às questões ambientais a designa como sendo “socioambiental” e, por isso, devemos perceber que as soluções assim também devem ser pensadas. O núcleo central das preocupações reais se

dá na tensão existente no interior de tais questões, em que as projeções sociais hegemônicas unificam um ideário dotado de intencionalidade, mas cujas necessidades postas na realidade requerem respostas atuais acerca das contradições do sistema que sobrepõe dúvidas que se rebatem na vida planetária. De modo que

É neste campo gravitacional que o Serviço Social é chamado a intervir, como profissão integrada aos processos de conformação de uma cultura ambiental, seja no interior das organizações empresariais, nas instituições públicas, ONG's, entre outros. De natureza essencialmente pedagógica, o exercício profissional dos assistentes sociais está intrinsecamente voltado aos processos de educação ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam. Estas ações empresariais e institucionais são cada vez mais mediadas pelo ideário do Desenvolvimento Sustentável como síntese de uma cultura de proteção ao meio ambiente e aceção relevante nas estratégias de enfrentamento da questão ambiental. (Silva, 2010, p. 30).

A autora (Ibidem, p. 34-35), nessa perspectiva, tematiza seus estudos sobre os desafios ético-políticos do Serviço Social no contexto da questão ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, dentre as quais pontuou os embates que envolvem a temática pobreza e o meio ambiente como sendo binômio de fatores centrais para a chamada Sustentabilidade Social, ao serem representados a partir de duas teses distintas, que se apresentam entremeio à tese do “círculo vicioso” e a do “duplo caminho”, pois em ambas as hipóteses, “[...] a pobreza ocupa o lugar determinado como fator elucidativo da degradação ambiental.”. Nessa concepção estão alinhadas às políticas sociais para resolver a pobreza como enfoque para a superação dos problemas ambientais. Suas críticas destacam os limites equivocados de suas formulações, no fato de responsabilizar a pobreza pela degradação ambiental, em especial os dos países periféricos, enquanto o enfoque para a dinâmica da acumulação, o crescimento econômico e a desigualdade social seguem sem questionamentos. Assim, ocorre uma abordagem dual entre “sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social”, acometida por tensões que são determinantes e equacionadas pelos apontamentos camuflados à sua própria natureza.

À vista disso, faz-se necessário que a categoria de profissionais do Serviço Social estude e compreenda que esse mesmo sistema que domina, explora e aliena também depreda, destrói e polui. Por essa razão, não devemos profissionalmente ser reducionistas, fragmentar nosso pensamento, enxergar a intervenção dos assistentes sociais somente a partir e para o social, aludindo o paradigma moderno da divisão entre o social e o ambiental, ao solidificar a sua separação, pois “as ciências sociais informam-nos que a complexidade social não é fragmentária nem se apresenta atomizada; ao contrário, é *diferenciada, multicasual, global e integradora*” (Irigalba, 2005, p. 12, grifo do autor).

Por esse mesmo ponto de vista, devemos entender que a grave crise ambiental instaurada sobre o mundo contemporâneo depende da instauração de um equilíbrio

socioambiental. Consequentemente, fica evidente que há a necessidade de aproximar a profissão da *questão socioambiental* e assim inseri-la em seu universo, para buscar novas formas e alternativas de atuação que procurem integrar o ecológico ao social e vice-versa, em suas investigações e intervenções profissionais. “Essa proposta refere-se diretamente à necessidade dos cientistas e assistentes sociais de trabalharem em *equipes multi e interdisciplinares*” (Ibidem, p. 15, grifo do autor), pois seus significados mais relevantes aparecem nos trabalhos coletivos, de onde os vários agentes podem se dedicar na empreitada socioambiental por meio das políticas ambientais. E, com isso, no aporte da transversalidade dos saberes, os assistentes sociais poderão redirecionar a sua prática profissional. Uma vez que

As reflexões anteriores nos levam a enfatizar a figura, ou melhor, o papel do cientista e do assistente social (especialmente deste último) como *mediador entre o ‘ecológico’ e o ‘social’*, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em *facilitadores sociais de uma nova cultura: a participação social*. (Ibidem, p. 17, grifos do autor).

A *questão socioambiental e seus significados no Serviço Social* configuram um novo olhar para a profissão, de novas demandas emergentes, de novos debates e com novas possibilidades de intervenção. Para isso, torna-se necessário incorporar o viés socioambiental no *trabalho e formação profissional* para redimensionar as dimensões que articulam a instrumentalidade para além de um aporte técnico executivo. Ao deter essa capacidade da apreensão da conjuntura social no interior do movimento da realidade, o profissional comporá habilidade intelectual de uma qualificação crítica, dando-lhe condições para trazer respostas embasadas em alternativas *ético-políticas* frente às novas demandas dessa questão postas à profissão mediante a institucionalização cotidiana do seu trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Desse modo, o Serviço Social, como uma profissão atenta a esta realidade dinâmica que beira a barbárie, vem construindo com muita garra e combatividade, de forma crítica e ética, as possibilidades para a efetivação do nosso projeto profissional, sendo mais uma profissão a se inserir no amplo debate acerca da questão socioambiental. A perspectiva é o fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. (CFESS, 2012a).

Os profissionais do Serviço Social, ao exercerem suas atribuições técnico-operativas, possuem uma bagagem teórico-metodológica e ético-política que lhes possibilitam detectar as demandas na prática da mediação, para intervenções em prol dos direitos sociais da população que necessita dos seus serviços. Desse modo, ao fomentar o seu protagonismo profissional nas demandas da *questão socioambiental*, detêm qualificação e compromissos

dotados da sua experiência investigativa e interventiva, para contribuir com ações que disseminem valores, atitudes e comportamentos socioeducativos sustentáveis.

Essa conexão corporativa de trabalho poderá ser efetuada no âmbito das políticas sociais e ambientais por meio do diálogo transdisciplinar, na mobilização e organização das comunidades, da sociedade civil organizada, identificando as articulações das políticas públicas no que concerne aos serviços socioambientais, tais como: habitação, saneamento, saúde, trabalho, educação, proteção social, cultura etc.

Destarte, no Serviço Social a natureza técnica, interventiva, investigativa e educativa “[...] em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática” (Abreu, 2002, p. 17). Por essa acepção, os assistentes sociais, na divisão sócio-técnica do trabalho profissional, dispõem da qualificação no exercício da profissão para a materialização de sua função socioeducativa mediada pelas intervenções no âmbito das políticas sociais e nos processos de organização cultural e/ou a educação popular.

Tal função deve ser exercida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de incorporação profissional, na relação cotidiana com os usuários dos serviços, influenciando a formação de subjetividades e normas de conduta. Isso consubstancia terreno para a elaboração e difusão ideológica dos elementos estruturais no processo de uma sociabilidade cultural. É neste decurso que se ampliam possibilidades para a inserção da questão socioambiental no processo da formação e no trabalho profissional.

Considerações finais

Ao desvelar as características da questão socioambiental, é notória a necessidade do debate sobre a sua incorporação no exercício e à formação na profissão do Serviço Social, como sendo fundamental para entender o seu processo frente aos desafios atuais a partir de dadas particularidades socioambientais. Dessa maneira, desdobramos, na gênese da profissão do Serviço Social, um percurso acadêmico-profissional que possa definir trabalho e formação profissional alinhadas às transformações societárias que traz consigo a inserção da questão socioambiental no universo do Serviço Social.

Diante do panorama das demandas socioambientais, é possível analisar pela objetividade da profissão do Serviço Social que, também, expressa-se em profissão apta a contribuir com intervenções relevantes no entorno das questões ambientais, pois os profissionais poderão exercer, na prática social, o papel de educadores e sensibilizadores de

uma sociedade sustentável. Ademais, a profissão detém suas inter-relações de trabalho destinada para as transformações das demandas sócio-históricas que, enquanto objeto de trabalho, encontra-se entre os conjuntos generalizados das sequelas (re)produzidas na *questão social*. Não obstante a isso, a *questão ambiental* também se coloca diante da profissão como parte das suas expressões, pois os seus nexos de certo modo compõem os reflexos das determinações hegemônicas contraditórias da sociabilidade capitalista, sentidas com maior frequência nos dias atuais.

Sobretudo, por vivermos tantas incertezas de um futuro ambientalmente sustentável e pelas possíveis chances de a Terra, aos poucos, sucumbir à biodiversidade dos seus ecossistemas diante de tão acelerada destruição ambiental, somos desafiados enquanto trabalhadores do Serviço Social a enfrentarmos também essa questão nos espaços de trabalho. Logo, devemos nos munir de defesas e forças profissionais para sermos co-participantes na mobilização do empoderamento das lutas sociais e da garantia dos direitos socioambientais, ampliando o nosso compromisso para a promoção da qualidade de vida e a conscientização humanitária sobre a necessária preservação ambiental. O destino do planeta vai depender do que a sociedade fizer agora para mitigar e frear os legados do sistema atual, para a composição de outro paradigma alternativo, que desempenhe um progresso de sustentabilidade socioambiental.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1991.

CFESS. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008. Disponível: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?num link=213080>>. Acesso: nov. 2016.

_____. Dia Mundial do meio ambiente.

CFESS Manifesta, Brasília, DF, 5 jun. 2012a. GFC - Gestão Financeira Criativa. **Você já ouviu falar em Economia Circular?**.

Disponível: <<http://gestaofinanceiracriativa.com.br/economiacircular/#>>. Acesso: mar. 2020.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1991.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra. ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRANCISCO (Papa). **Carta Encíclica:** sobre o cuidado da casa comum. Roma, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso: ago. 2015.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente.** Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marcos Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.

LACERDA, G. L.; SILVA, T. P. **Crise socioambiental:** uma nova realidade para o Serviço Social? 2008, 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LEONARD, A. **A história das coisas:** da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rev. Técnica André Piani Besserman Vianna. Trad. Heloíse Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria de transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. L. 1. t. 1.

_____. _____. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. L. 1. t. 2.

_____. **A questão judaica.** Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Centauro, 2005 a.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Conexão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

_____. **Questão socioambiental e formação profissional:** o que o Serviço Social tem a ver com esse debate? 2018, 400f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T. P. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social.** 2016, 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

_____. **A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social.** 2021. 230f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

STIGLITZ, J. E. **La economía del sector público.** Columbia University. Tercera edición Traducción de M.a Esther Rabasco y Luis Toharia. Universidad de Alcalá, 2000.

Notas

Tatiane Pereira da Silva *

Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora de Educação Superior do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG da Unidade de Passos/MG.

Endereço de E-mail: tpsilvamg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0498-111X>

Ana Lúcia Bueno dos Reis Giometti **

Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social PPGSS da FCHS/UNESP, Franca/SP. Docente em Educação Ambiental.

Endereço de E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/000-0001-9758/3>

Maria José de Oliveira Lima ***

Doutora em Serviço Social. Professora da Graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, Franca/SP.

Endereço de E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br.

ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-2561-8929>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 05-10-2024 – Aprovado em: 13-11-2024 – Publicado em: 29-12-2024.